



»Entrevista | **VITAL DO RÊGO** | PRESIDENTE DO TCU

O país deve ter cautela nas negociações com os Estados Unidos e aplicar a Lei da Reciprocidade somente após “exaurirem todos os canais diplomáticos de negociação”, avalia o presidente do TCU, que pretende candidatar o Brasil para sediar a ONU Mulheres

“A reciprocidade deverá vir depois”

» ANA DUBEUX
» ROSANA HESSEL

As ações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estão abalando as estruturas globais, de forma geral, e já provocando efeitos negativos nas indústrias brasileiras e também norte-americanas, destaca o presidente do Tribunal de Contas

da União (TCU), Vital do Rêgo. Ele considera o movimento de Trump intempestivo e anormal, mas vê com bons olhos a reação do governo brasileiro e recomenda a continuidade das negociações antes de uma retaliação.

“Vejo que o Brasil tem todas as condições de utilizar a Lei da Reciprocidade, mas não deve, repito, não deve utilizar antes de esgotar todos os canais diplomáticos

de negociação”, afirma o ministro, em entrevista ao **Correio**.

Na avaliação dele, o governo brasileiro está conduzindo bem a questão e a escolha do vice-presidente Geraldo Alckmin no comando das negociações foi acertada. “Ele é uma pessoa muito, muito própria para esse fim”, afirma.

Em relação às contas públicas, Vital do Rêgo é taxativo ao apontar o principal problema para o

equilíbrio fiscal: os subsídios. Pelas contas dele, neste ano, as renúncias tributárias devem somar R\$ 900 bilhões e um corte linear de 10% resolveria a questão fiscal atual do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com folga, pois, inicialmente, o governo pretendia arrecadar R\$ 20 bilhões. “O problema das contas de governo é que o Brasil perdeu a mão nas renúncias fiscais e nos subsídios” ,

afirma. “Nada é mais urgente do que um esforço comum do governo, do Congresso, para acabar com esses privilégios”, defende.

A caminho dos Estados Unidos para participar de reuniões na Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente do TCU adianta ao **Correio** que pretende candidatar o Brasil a sediar um dos órgãos multilaterais do organismo, a ONU Mulheres, um dos maiores da

instituição. Segundo ele, por conta da perda de 20% do orçamento devido à retirada dos fluxos dos Estados Unidos, a ONU precisará ser remodelada. Rêgo diz que já recebeu o sinal verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a candidatura e está em busca de um edifício para abrigar os funcionários do órgão em Brasília.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O senhor pode contar sobre a sua agenda da viagem para os Estados Unidos?

O Brasil faz parte de uma junta de auditores que têm a responsabilidade de fiscalizar e auditar todos os recursos que são administrados pelas Nações Unidas. São US\$ 77 bilhões, que é o orçamento anual distribuído em diversos órgãos multilaterais. Esses órgãos multilaterais são auditados pelo Brasil representando a América, pela França representando a Europa, e pela China representando a Ásia. Temos o nosso portfólio, que é uma série de órgãos que nós auditamos, como a ONU Mulheres, a Unicef, a Universidade da ONU, o Fundo de População das Nações Unidas, o escritório das Nações Unidas em Viena, o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e Crime Organizado, a Operação de Paz no Kosovo, no Chipre e no Líbano. A China tem outro portfólio e a França, outro. Agora, estamos juntando os três países para apresentar uma auditoria global, que deverá ser apresentada na próxima semana, na Assembleia-Geral, com o secretário-geral da ONU, António Guterres, e todos os membros do Conselho.

E como é feita a auditoria?

Hoje, empregamos, só no nosso portfólio, três pessoas que moram em Nova York, fixos lá, três auditores, e mais 100 auditores que compõem a Secex ONU, uma secretaria especializada que trabalha nessa auditoria. Aí depende de cada país. A França tem uns 80, por exemplo. Depende também da população e do formato. A China deve ter mais de 100. E também depende do portfólio. O nosso é o maior portfólio. Nós relatamos a ONU Mulher, por exemplo.

E teve algum problema?

Não. Os problemas são problemas de auditoria comum. As auditorias internacionais são uma experiência muito boa para o Brasil. Lá nós estamos vendo um nível de auditoria em que há troca de experiências até culturais. E, diante da situação de redução, por parte dos Estados Unidos, do fluxo de compromissos que o governo norte-americano tem com a ONU — hoje os maiores doadores da ONU são China e Estados Unidos — há uma queda nesse orçamento de em torno de 20%.

Dos US\$ 77 bilhões do orçamento total?

Isso, em torno de 20% a menos. Isso faz com que a ONU comece a pensar em racionalizar gastos. Mas a notícia boa é que a ONU está abrindo a possibilidade de alguns países receberem alguns desses órgãos como sede. E eu já levei esse assunto ao presidente Lula, e ao embaixador Mauro Vieira (MRE). E nós estamos nos habilitando para nos colocar como sede da ONU Mulher, que é um dos maiores órgãos da ONU. Eu levei essa sugestão ao presidente Lula, que aceitou,

e, agora, nós estamos nos habilitando em infraestrutura para entregar, na sede da ONU, a possibilidade do Brasil ser sede da ONU Mulher.

A sede seria aqui em Brasília?

Já agora, aqui em Brasília. Quem está fazendo a prospecção é a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) — ligada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Somos a maior imobiliária do mundo, então há edifícios. Mas tem de ser um edifício grande, porque é para um dos maiores órgãos multilaterais da ONU. Nós precisamos de quatro andares, pelo menos.

Sediar essa estrutura é uma coisa importante...

Sim. Mas isso ainda está embrionário. Primeiro, perguntamos ao governo se ele quer. Esse é um assunto do Itamaraty. Fomos ao chanceler Mauro Vieira. Fomos ao MGI pedir um prédio que esteja pronto, que esteja em ordem. E aí, juntamos isso, vamos fazer um pacote de proposta. Nós temos uma proposta que vai ser entregue lá.

Outros países também vão se candidatar, ou o Brasil vai ser o único?

Outros países também vão se habilitar. A ONU vai descentralizar as operações por conta desse fluxo de capital que não tem mais. E isso valorizará muito mais a China, que tem a mesma contribuição americana, por coincidência, na ONU. E, agora, a China vai ocupar mais espaço, como no mundo inteiro. Em outras coisas também.

Isso pode abrir espaço para aquela agenda dos governos anteriores do Lula, que eles ainda agora voltaram na reunião do Brics, de ampliar a presença da reforma do Conselho de Segurança?

Toda ação tem uma reação. A ação das relações norte-americanas com o mundo, da forma como está sendo feita, sem nenhum tipo de organização, nenhum tipo de base legal, base moral, base ética... As relações com o Brasil e os Estados Unidos remontam a séculos, e, de uma hora para outra, eles querem taxar, abrir uma guerra comercial com o Brasil, a despeito de que valores? A balança comercial é favorável. Já temos um acúmulo de US\$ 420 bilhões, se somarmos todos esses anos, a menos na nossa balança comercial.

E essa interferência de Trump no Supremo Tribunal Federal (STF)?

A respeito de interferir no Supremo Tribunal Federal para uma anistia (do ex-presidente Jair Bolsonaro), isso é um absurdo. Eu me reuni com o ministro Carlos Fávaro (da Agricultura) para apresentar dois problemas sobre questões sanitárias e ele contou que, por exemplo, tem indústrias que vão fechar as portas. A indústria do pescado, por exemplo, vai cair 80%, e eles são os primeiros

Bruna Gaston/CB/D.A Press



No nosso portal, abrimos o voluntariado para o cidadão acompanhar a obra, a creche, no seu município. Esse cidadão se inscreve para ser um auditor social, e nós o treinamos e ele vai nos mantendo informados sobre o andamento da obra inacabada”

que anunciaram problemas. Mas o povo norte-americano também vai sentir o impacto, internamente (do tarifaço). Haverá uma inflação em bens que eles consomem. Por exemplo, 70% do suco de laranja consumido nos Estados Unidos é feito pelo Brasil. Quanto é que vai ficar esse suco para o próprio americano? O maior consumidor de hambúrguer do mundo é o americano. A carne do hambúrguer é brasileira. Fora as commodities brasileiras, que, historicamente, são muito fortes. Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil.

Em meio a essa guerra do tarifaço, qual a sua avaliação de como o governo brasileiro está conduzindo essa questão? Houve muitos tropeços ?

Primeiro, foi intempestivo, como eu já disse. Foi um momento absolutamente anormal, se é que

se pode dizer que é anormal alguma coisa que o Trump faça. Ele está no modo dele. Mas acho que foi uma coisa tresloucada, com outros objetivos. Mas o governo brasileiro está conduzindo bem, não pode dar a eles o direito de continuar escalando isso.

Mas a Lei da Reciprocidade seria uma armadilha?

A reciprocidade deverá vir depois de exaurirem todos os canais diplomáticos. Acho que o presidente acertou em colocar o vice-presidente Geraldo Alckmin no comando dessa operação de negociação, porque é uma pessoa super ponderada e bem equilibrada. Ele é uma pessoa muito, muito própria para esse fim. Vejo que o Brasil tem todas as condições de utilizar a Lei da Reciprocidade, mas não deve, repito, não deve utilizar antes de esgotarem todos os canais diplomáticos de negociação.

Por quê?

Porque tanto nós vamos sentir quanto a inflação americana nos produtos brasileiros vai aumentar. Logo, eles vão sentir também. Todos vão sentir.

Ninguém ganha nessa briga, né?

É. Eu passei um tempo fazendo estudos em Miami, onde 70% da população é latina. Estava na época da pré-eleitoral e, onde eu andava, era o povo votando em Trump. Os imigrantes votaram em Trump, porque ele vendeu a história de que só ia deportar os ilegais. Hoje, eles estão vivendo desesperadamente, tem imigrante que não sai de casa com medo da polícia bater a porta dele.

O senhor falou das auditorias externas, mas como estão as auditorias por aqui?

A gente entrou há poucos meses. Criamos uma estratégia em que o

cidadão está em primeiro lugar. Para isso, para que a gente possa se valer dessa estratégia, possa colocar essa estratégia na prática, é preciso haver algumas mudanças dentro do próprio Tribunal e em como o Tribunal se comunica para fora. Temos que ser um órgão pedagógico. O TCU tem que tratar o gestor como um agente do Estado que está querendo fazer o seu melhor. A gente pode achar que o mau gestor pode contaminar todos os outros bons gestores, mas nós temos que ensinar o gestor antes de puni-lo. A primeira estratégia é o diálogo público. Nela, vamos aos estados, juntamos todos os prefeitos via órgão associativo, via associação dos municípios. O TCU vai ao encontro do representante do povo brasileiro, que é o prefeito, no caso, o governador.

O que mais?

O nosso portal é novo, vocês têm que acessá-lo. É um portal totalmente revigorado, modelado para uma linguagem simples, mais amigável e mais acessível. Eu falo com os meus auditores permanentemente, tenho um plano de valorização do servidor muito forte. Eu uso muito o contato pessoal. Os servidores abraçaram essa tese do Tribunal Cidadão. E estamos fazendo consultas públicas, criando um programa de voluntariado e treinando esse voluntário. Por exemplo, o governo federal tem um programa que tabulamos com a Educação de recuperação das creches, obras inacabadas. E, no nosso portal, abrimos o voluntariado para o cidadão acompanhar a obra, a creche, no seu município. Esse cidadão se inscreve para ser um auditor social, e nós o treinamos e ele vai nos mantendo informados sobre o andamento da obra inacabada.

Quanto auditores sociais vocês têm?

Já temos 700, para ter uma ideia. O Brasil, que não é um país de voluntariado, nós já temos 700 pessoas que querem fiscalizar, inclusive, pais de crianças que ainda vão nascer. Tem um deles que é pai de uma criança em gestação e ele disse assim: vou botar meu filho nessa classe que está inacabada, então, eu tenho que fiscalizar. Outro programa social é o consulta para a sociedade brasileira, que pergunta as cinco auditorias que o povo quer. A primeira delas é a Saúde. Estamos fazendo uma auditoria que tem um título — Avaliação do Tempo Médio nas Filas dos serviços de saúde. A segunda, eu nem imaginava que tinha isso, é sobre imóveis que estão abandonados. Estamos fazendo uma auditoria sobre as condições dos imóveis e vamos fazer um levantamento. A terceira foi segurança pública, que não é nossa coisa, mas para o idoso. Nós estamos fazendo uma outra auditoria, golpes digitais no idoso. E por aí vai.

» Continua na página 8